



Secretaria de Estado da Educação

CLIPPING

13 de Agosto 2015



Veículo: Notícias do Dia	Editoria: Região	Data: 13/07/2015
Assunto: Transferência de terreno		Página: 17

Notícias do Dia

USJ aguarda aval do Estado

LETÍCIA MATHIAS

leticiam@noticiasdodia.com.br

@leticiam_ND

O USJ (Centro Universitário de São José) tem novo local para instalação da sede própria depois de dez anos de funcionamento. Nos primeiros dias de aula, a prefeita de São José, Adeliana Dal Pont, anunciou aos alunos a assinatura do termo de concessão de terreno onde hoje funciona o Colégio Estadual Bela Vista com o Estado.

Conforme o ND noticiou no início do mês, o município negocia desde junho a cessão da área da escola, que atende cerca de 160 estudantes do ensino médio. Por meio da assessoria, a Secretaria de Estado da Educação ressalta que falta a assinatura do secretário Eduardo Deschamps. Porém, o processo

está "99% encaminhado", revelou a gerente regional de Educação do Estado Dagmar Pacher.

Os estudantes do colégio Bela Vista devem ser transferidos para a Escola Professor Osvaldo Rodrigues Cabral, no mesmo bairro, a cerca de 600 do prédio atual, no próximo ano letivo. Mas se cogita também a possibilidade de alguns alunos irem para a Escola Wanderley Júnior, também no bairro Bela Vista. O atendimento do EJA (Educação de Jovens e Adultos) – que funcionava à noite na estrutura que o centro universitário deve ocupar – já foi transferido, e a direção do USJ pretende começar a organização no local neste semestre. A contrapartida do município seria oferecer transporte aos estudantes para a nova escola.

Dagmar enfatiza que não há uma decisão fechada sobre a

questão, que existe um pedido formal e a gerência ainda faz o levantamento de dados e deve ouvir a comunidade "para depois dizer sim ou não". "Existe a intenção, o termo de cessão de uso é elaborado por ambas as partes, os encaminhamentos estão sendo feitos dentro da legalidade e se estiver tudo certo, tudo bem".

Dagmar diz ainda que não pode "atropelar" os trâmites legais. "Nós enquanto Estado precisamos garantir o estudo para os alunos. Não podemos simplesmente tirar de um lugar e colocar no outro, temos que garantir as aulas, os professores assentados, ainda falta reunião com a comunidade e esses encaminhamentos para então se chegar a uma definição", justifica sobre a entrega do prédio ao município, que é criticada por moradores do bairro.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Superintendente afirma que universidade será transferida aos poucos

A prefeitura e FUNDESI (Fundação Educacional de São José), que já contam com o terreno da escola Bela Vista, avaliam se a estrutura do prédio será mantida e reformada ou demolida. Arquitetos estiveram no local ao longo das últimas semanas avaliando a estrutura para fazer um projeto. A superintendente da FUNDESI, Ana Cristina Hoffmann, afirmou que a unidade será transferida aos poucos, por cursos. A previsão da fundação é um custo de cerca de R\$ 4,5 milhões para ajustar a estrutura. Porém,

a superintendente ressalta que somente após a avaliação da equipe de infraestrutura será possível definir orçamento e projetos.

Ana fala também sobre a dificuldade em manter a instituição, que custa cerca de R\$ 8 milhões por ano ao município, apenas com recursos próprios: "É uma ousadia da gestão de bancar com recurso próprio o ensino superior, que não é de sua competência legal, é feito a mais, mesmo assim há muita cobrança".

Mesmo que as aulas

continuam para os estudantes da escola estadual durante o dia, a superintendente afirma que a instituição está autorizada a ocupar os espaços no período noturno, quando não tem aula.

O mais interessante para o USJ é o terreno, que ainda tem espaços livres e possibilita construção de novas salas, laboratórios e espaços de convivência. Ana afirma que a instituição tem urgência e pretende iniciar a construção ou reforma no próximo ano, porém, dependerá dos recursos disponíveis.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Revista Época	Editoria: Agenda Positiva	Data: 13/08/2015
Assunto: Entrevista Ricardo Paes Barros		Página: 58~61



"A crise da educação é mais grave do que a da pobreza"

O economista liberal, um dos pais do Bolsa Família, diz que o Plano Nacional de Educação é pouco ambicioso e critica o preconceito no governo contra o setor privado

Um dos maiores especialistas do mundo em pobreza e desigualdade abraçou outra causa. Um dos formuladores dos programas de combate à pobreza, ainda nos tempos do governo Fernando Henrique, Ricardo Paes de Barros deixou o governo Dilma neste ano e agora se debruça sobre políticas públicas para a educação, como economista-chefe do Instituto Ayrton Senna. PB, como é chamado, é engenheiro do Instituto Tecnológico da Aeronáutica (ITA), tem mestrado em estatística, doutorado e pós-doutorado em economia pela Universidade de Chicago – templo do pensamento liberal – e pela Universidade Yale, ambas nos Estados Unidos. Hoje usa suas habilidades com números e o conhecimento que adquiriu ao longo de 40 anos de estudos sobre a sociedade brasileira para avaliar as políticas de maior alcance, com menor custo, na educação brasileira. Na entrevista a seguir, fala sobre o Plano Nacional de Educação, o impacto da desigualdade no aprendizado e sobre quanto a ideologia atrapalha o país.

ÉPOCA – O problema da educação é falta de dinheiro ou de gestão?

Ricardo Paes de Barros – A meta é investir 10% do Produto Interno Bruto (PIB) em educação até 2024. Nenhum outro país coloca tanto dinheiro na área. Mas o Brasil tem a educação típica de um país que tem metade da renda *per capita* brasileira; está 25 anos atrás do Chile e tem apenas metade dos jovens cursando o ensino médio na idade certa. São problemas graves. Então, se pedirem 10% do PIB para mexer na educação, acho que a sociedade brasileira deve

dar. Mas deve dar sob a condição de garantir que a situação mudará, com um plano sério, bem explicado, com metas.

ÉPOCA – Esse seria o objetivo do Plano Nacional de Educação (PNE), que passou a vigorar neste ano. Qual sua opinião sobre ele?

Paes de Barros – As metas do PNE são muito pouco ambiciosas para quem quer realmente dar um salto na área. Elas não botam o Brasil no mapa do mundo da educação mesmo que consigamos cumprir todas. Faltam no PNE evidências sobre a eficácia das ações que mudarão para melhor o cenário do país. O MEC tem de dizer: "Pegaremos esse dinheiro, faremos isso com ele e entregaremos este resultado. E se, no meio do caminho, não chegarmos lá, acionaremos uma outra coisa, que funcionará assim, custará tanto e produzirá tal efeito".

ÉPOCA – No ponto em que o Brasil está hoje, cuidar da educação é mais importante que cuidar da pobreza?

Paes de Barros – Em 2000, a gente tinha 15% da população extremamente pobre e 12% de analfabetos. Todo mundo acreditava que reduziríamos os analfabetos rapidamente porque o problema era focalizado e todos sabiam como fazer. Acreditavam que seria complexo reduzir a pobreza. No fim, a gente pegou aqueles 15% de pobres e rapidamente os levamos a 3%. E o analfabetismo ainda está em 9%. Hoje nossa revelada incompetência em melhorar em educação torna o problema mais desafiante e mais importante. Já temos uma política social supercapaz de atacar a miséria, mas os problemas da educação atingem muito mais gente do que a pobreza. ▶



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

ÉPOCA - O que o senhor faria se estivesse no Ministério da Educação?

Paes de Barros - Cuidaria da difusão de melhores práticas. Num mesmo bairro temos escolas com nota 6 do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), que é uma boa nota, e outras com Ideb 3, que é péssima. Isso não faz sentido. Se uma empresa inventar uma coisa bacana, o que a concorrência fará? Copiará. Por que a escola de Ideb 3 não copia a vizinha de Ideb 6? A questão é que criamos um sistema de educação que não é público, é estatal, e não tem nenhuma dinâmica. O sucesso do Bolsa Família tem muito a ver com isso. No fundo, quem faz todo o trabalho do Bolsa Família ser um negócio focalizado é o município, porque quem escolhe quem será cadastrado é ele. Vários municípios copiam as experiências dos outros, e o Bolsa Família funciona bem em todo o país.

ÉPOCA - Essas boas práticas em educação não se disseminam por causa das desigualdades regionais?

Paes de Barros - Acho que não é esse o problema. O desempenho agregado de Pernambuco, Goiás e Rio de Janeiro em educação, na última década, é muito melhor que do resto do país. São Estados completamente diferentes. Agora, me diga por que o Espírito Santo não é igual ao Rio de Janeiro? Se Goiás fez, por que Tocantins e Mato Grosso não fizeram? Por que os municípios vizinhos a Sobral, no Ceará (outro caso de sucesso em educação), não vão lá entender o que eles fizeram para ter as melhores notas do Estado no ensino público?

ÉPOCA - E quanto a condição social influencia nessas disparidades na educação?

Paes de Barros - Muito mais do que deveria. Essa é uma das coisas que a gente deveria cobrar do governo. Esse é um ponto que está muito pouco contemplado no Plano Nacional da Educação. É absurdo que o aprendizado de uma criança esteja condicionado ao lugar em que ela vive, ao fato de ela ser pobre ou rica, branca ou negra. O sistema educacional brasileiro permite que essas características tenham um impacto gigantesco no aprendizado do aluno. Isso é uma fonte de desigualdade de oportunidade absurda, que alimentará uma desigualdade ainda maior no futuro.

ÉPOCA - O que pode ser feito para resolver esse problema?

Paes de Barros - Se for bem planejada e bem implementada, a educação de tempo integral pode reduzir essa desigualdade. Ela pode dar ao aluno mais pobre aquilo que uma família em melhores condições oferece para uma criança e que tem tanto impacto positivo no aprendizado. Se numa família mais rica a criança tem acesso a um lugar iluminado e tran-

tem de desenhar mecanismos para tornar a educação mais independente do ambiente familiar. Tem de dizer para o pai: eu só preciso que o senhor faça a criança dormir cedo, faça ela se alimentar bem e seja carinhoso e encorajador. Não adianta pedir para o pai estudar com ele, para fazer pesquisas em livros a que ele não tem acesso. É preciso cuidar também da autoeficácia. O aluno bom é aquele que acredita que é capaz de aprender. O aluno confiante que tem um professor que acredita nele vai aprender muito mais.

ÉPOCA - O senhor é um entusiasta da ideia de que os esforços de educação devem ser concentrados nos primeiros anos de vida da criança. A principal meta do governo para a primeira infância é a criação de milhares de creches. É o caminho certo?

Paes de Barros - Essa é uma questão importante e muito complexa. A creche não é a solução para todas as crianças. Mães e pais, em suas casas, com suporte do Estado, com atendimento médico, podem promover o desenvolvimento fantástico da criança. Um exemplo é o Primeira Infância Melhor, do Rio Grande do Sul. É um programa de visitação domiciliar, de um profissional que vai observar a criança e dar orientação para a família de como cuidar dela. O plano do governo diz que, daqui a dez anos, teremos 50% das crianças nas creches. Mas o que precisamos é de um plano que cuide de 100% das crianças aqui e agora. Precisamos de um programa em que os agentes de saúde olhem pelo desenvolvimento das crianças e orientem as famílias. Ninguém no mundo cuidou da primeira infância colocando todas as crianças em creches de tempo integral. A creche é uma resposta para as crianças pequenas de mães pobres que trabalham. Para esse público, é uma opção eficaz. A creche aumenta mais a renda da família que o Bolsa Família. E faz isso de forma

autônoma. Agora, existe um problema com as creches no Brasil que chega a ser uma maluquice: a maior parte das creches públicas é usada por mães que não trabalham. Existe hoje espaço nas creches brasileiras para abrigar a vasta maioria das mães pobres que trabalham. Mas não se dá prioridade a elas. O Ministério Público diz que o direito à creche é universal. Ocorre que quem tem tempo para pegar a fila da creche, quem vai lá no Ministério Público reclamar que quer creche, é a mãe que não trabalha. A política de creches deveria ser focalizada em quem precisa.

ÉPOCA - Na criação do Bolsa Família, houve resistência de setores do governo Lula ao programa por se tratar de uma política focalizada, considerada neoliberal por eles. Como se justificam as críticas de focalização?



“
Não testamos
as escolas charter,
que misturam verba
pública e privada,
por discriminação
contra o setor
privado”



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Paes do Barros - Esse debate sobre a focalização foi superado. O que continua a existir é uma coisa discriminatória contra o setor privado. A educação claramente discrimina a universidade privada diante da pública, como se, por definição, algo estatal fosse melhor do que o privado. O programa nacional de alfabetização, por exemplo, tem de ser com as universidades públicas, e não com as privadas. Por quê? É pura discriminação - e ela tem de ser contestada. Há a ideia de que privatizar parte da educação é mercantilizar o setor. Esse é o grande nó dos serviços públicos do Brasil. Na educação essa mentalidade é brutal e representa um grande problema. Não se pode usar o Fundeb (*fundô de financiamento para a educação básica*) para contratar uma rede de escolas de educação média para prover os serviços de um Estado. Um Estado poderia gastar menos contratando uma rede de ensino particular. Ele não se preocuparia com infraestrutura, nem com o quadro de docentes. O foco do Estado seria o controle da qualidade do ensino. Isso economizaria dinheiro e dor de cabeça. Imagina isso no Estado de São Paulo, que tem mais de 200 mil professores. As Organizações Sociais (OS) deram certo na saúde. Mas não se pode usar OS na educação. Não podemos testar o modelo de charters schools no Brasil, que são escolas privadas pagas em parte pelo governo e gratuitas para a população. Na Colômbia estão fazendo isso. A Suécia está se livrando de todas as escolas públicas. O país paga para a rede privada prover o estudo. Para a família é gratuito - e só o que importa é a qualidade.

ÉPOCA - Apesar da discriminação contra o setor privado, o Bolsa Família, formulado por liberais como o senhor, se transformou em uma vitrine dos governos do PT. O senhor se ressentiu por isso?

Paes do Barros - Não tenho problema nenhum com essa apropriação. Na verdade, é o contrário. Eu gostaria que eles tivessem se apropriado de outras ideias minhas. Foi um privilégio poder ter contribuído de alguma forma com a mudança social que ocorreu nos últimos anos. O presidente Lula fez coisas surpreendentes nesse sentido. Ele tem o mérito fantástico de ter escutado os caras mais variados da face da terra. Saiu copiando ideia de tudo que é lugar, coisas dramaticamente diferentes, filosófica e ideologicamente contrárias. O ProUni, que concede bolsas de estudo em rede privada, e o ReUni, que é a expansão das universidades públicas, são contradições frontais. O Fernando Henrique escolheria um dos dois, nunca faria os dois. O Lula não tinha muita ideologia. Ele tinha um senso prático e uma vontade de melhorar a vida das pessoas. Se você me perguntar por que a desigualdade caiu no Brasil, direi que não sei a razão e que isso é ótimo. Quando se sabe o motivo do crescimento econômico, isso

significa que ele não será sustentável. Não tem nenhuma indústria que mantenha o crescimento de um país por um longo período. Quando é algo espalhado, misturado, que não dá para dizer que foi A, B ou C, é positivo, porque foi algo que aconteceu em todos os setores, por todo o país.

ÉPOCA - Quais das suas ideias o senhor se ressentiu por não terem sido implementadas?

Paes do Barros - A principal foi a da junção de toda a política de transferência. Unir o seguro-desemprego com o Bolsa Família. Hoje, o beneficiário que conseguir um emprego formal perde o direito ao benefício. Se ele perder o emprego, não o ganha de volta. A gente tem de construir um sistema que junte isso tudo num programa que estimule o trabalho e a formalização. Da forma como está, ele desestimula o cidadão a ser

formal, ou a voltar a trabalhar. Passei o último governo inteiro tentando emplacar esse plano, mas não fui ouvido. Desenvolvi outro programa para a população isolada na área de fronteira do país que garante a permanência nessa faixa. Temos 600 mil pessoas lá. Na próxima geração, não teremos ninguém. Isso será um problema para o Brasil.



66
Os municípios se ajudaram para tornar o Bolsa Família eficiente. O mesmo pode ser feito em educação"

ÉPOCA - Tivemos vários ganhos na redução de desigualdade nos últimos 20 anos. Essas conquistas estão em risco com a crise que o país está vivendo agora?

Paes do Barros - Os ganhos sociais são muito sólidos. Não acho que corremos muito risco. A crise que temos é inventada por nós mesmos. Não temos crise por causa de desastre natural, ou alguma doença, ou algum inimigo que causou alguma coisa. É um desarranjo institucional. Fomos muito desorganizados, gastamos mais do que tínhamos. Dado isso, essa crise teria tudo para ser de curta duração. Seria o caso de chamar todo mundo, organizar e proteger a renda dos mais pobres. Metade da população brasileira tem menos de 20% da renda

brasileira. É fácil proteger 20% da renda brasileira. Porque se a renda brasileira precisar cair 4%, basta os outros 80% perderem 5% que a renda dos mais pobres não precisa cair nada. Num país com uma política social poderosa como a do Brasil, dá para blindar os pobres. Para isso precisamos de um corte orçamentário cuidadoso. Agora, estamos caminhando para a direção errada. Fizemos cortes toscos, no abono salarial e no seguro-desemprego, que poderiam ser alterados de outra forma. E transformamos uma crise que poderia ser de curta duração em algo de média duração. Falta coesão e uma liderança que junte todo mundo em torno de uma mesa para fazer um ajuste sério. Hoje é como se estivéssemos numa enchente desastrosa, com água até o joelho, e a oposição quer sentar numa mesa boiando na enchente para discutir quem



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Hora de Santa Catarina	Editoria: Mario Motta	Data: 13/08/2015
Assunto: WorldSkills		Página: on-line



Mário Motta: estudantes catarinenses do Senai competem no WorldSkills

A eles, nossa torcida e muito sucesso

Ao lado da catarinense Milena Berkembrock, que destacamos em nota aqui na coluna, mais cinco estudantes do Senai de Santa Catarina, integrante do sistema Fiesc, participam até sábado do maior torneio de educação profissional do mundo: o WorldSkills.

Eles integram delegação brasileira, a maior que já disputou a competição e terão de provar que são os melhores em suas profissões. O evento reúne 1,2 mil competidores de 62 países no Parque Anhembi em São Paulo.

Os jovens catarinenses são: Eduardo Kruczkiewicz e Alef Scholze (S.Bento do Sul), Rodrigo Campos (Palhoça), além de Rafael Oening e Jonatas Walter (Blumenau). A eles, nossa torcida e muito sucesso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Folha de São Paulo	Editoria: Educação	Data: 13/08/2015
Assunto: Pasquale Cipro neto		Página: Online

UM JORNAL E SERVIÇO DO BRASIL ... A ... WWW.FOLHA.COM.BR

FOLHA DE S. PAULO

'Você chove aqui, você não chove ali'

Tá pensando que é só a presidente que se esforça para dizer pérolas do quilate de "diuturna e noturnamente"? Pode tirar o cavalinho da chuva. Como ocorre na estúpida disputa entre petistas e não petistas pela taça da boçalidade nas demonstrações de ódio, ignorância e selvageria, a coisa também é braba na produção de pérolas linguísticas.

No último texto, mencionei o uso exagerado e, por isso mesmo, enfadonho do pronome "você" como generalizador, indefinidor, indeterminador, que se vê neste exemplo do "Houaiss": "Se você não paga a conta, eles cortam o fornecimento".

Repito: o problema não está no uso em si, que, como se acaba de ver, é documentado. O problema está no uso repetitivíssimo, que, como tudo na vida, causa náuseas. Além disso, deve-se levar em conta o fato de que muitas vezes o falante usa esse "você" em situações em que o agente do processo nem de longe é indefinido ou indeterminado. No fim, a coisa tem mesmo é cheiro de embuste, disfarce ou coisa pior.

Repito o exemplo da semana passada: "Se você perde o grau de investimento, você corre o risco de uma debandada dos capitais estrangeiros, aí você precisa tomar medidas mais drásticas do que você desejaria tomar". O caro leitor teria alguma dúvida para identificar os seres representados por cada um dos "você"s? Parece que emitir a frase dura, nua e crua é perigoso...

Vamos tirar a carapuça do emissor da pérola: "Se nós perdermos o grau de investimento, correremos o risco de uma debandada de capitais estrangeiros, aí precisaremos tomar medidas mais drásticas do que as que desejamos tomar". Esse "nós" obviamente inclui o emissor da frase, alta figura do governo federal de turno.

Em vez de "nós", seria possível usar algo como "o Brasil", "o país", "o governo", mas isso pode aumentar a percepção do ouvinte e fazê-lo "enxergar" de vez qual é o verdadeiro agente do processo...

O caro leitor certamente notou que a eliminação da carapuça não se restringiu à troca de "você" pelo agente determinado; passou, também, pela troca do vaselínico futuro do pretérito ("desejaríamos") pelo presente do indicativo ("desejamos").



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Há figuras que abusam tanto do "você", "você", "você" (não usam "eu" ou "nós" nunca de nunca!) que chegam a criar verdadeiras bizarrices. Dia desses, ao falar pela enésima vez sobre a "crise hídrica", altíssima autoridade do governo paulista disparou esta maravilha, ao explicar a diferença entre os níveis das diversas represas que abastecem a Grande São Paulo: "Você chove aqui, você não chove ali...". Genial! O cacoete é tão forte que o cidadão usa todos os verbos com o sujeito "você". E dá-lhe você, você, você!

Em 1995, a Fuvest pediu aos candidatos que relacionassem uma imagem e alguns textos e escrevessem "uma dissertação em prosa, discutindo as ideias neles contidas...". A imagem era de um famoso quadro de Andy Warhol, em que se veem 25 reproduções de uma imagem de Marilyn Monroe. Um dos textos era do grande filósofo alemão Theodor Adorno: "Em muitas pessoas já é um descaramento dizerem eu".

No caso da Fuvest, os candidatos tinham de discutir sobre a anulação do "eu", da identidade, perdida em tempos em que a maioria das pessoas pertence a no mínimo um bando, qualquer que seja. No caso que abordei hoje, a questão é um pouco diferente, já que os exemplos mostram que não se trata propriamente da perda da identidade, do "eu", mas da sua viciada ocultação, às vezes intencional, covarde. É isso.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 13/08/2015
Assunto: Finlândia		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Oito coisas que aprendi com a educação na Finlândia

Quatro professores de um grupo de 35 brasileiros capacitados no país nórdico contam o que trouxeram da experiência e que impacto ela pode ter no ensino público do Brasil.

Dona de um dos sistemas de ensino mais elogiados do mundo, a Finlândia recebeu, de fevereiro a julho deste ano, 35 professores de institutos federais brasileiros para treinamento e capacitação.

Embora em 2012 o país nórdico tenha caído do topo para a 12ª posição do Pisa, o principal exame internacional de educação (o Brasil ficou na 58ª posição do ranking, entre 65 países), ele ainda é apontado pela OCDE – a entidade que aplica o Pisa – como "um dos líderes mundiais em performance acadêmica" e se destaca pela igualdade na educação, alta qualificação de professores e por constantemente repensar seu currículo escolar.

Os docentes brasileiros foram selecionados pelo programa Professores para o Futuro, do CNPQ (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Ministério da Educação), para passar cinco meses estudando a educação finlandesa.

A BBC Brasil conversou com quatro desses professores, para conhecer o que viram na Finlândia e saber se lições trazidas de lá podem facilitar seu trabalho em sala de aula e melhorar o aprendizado nas instituições públicas de ensino onde atuam.

Apesar das diferenças com o sistema brasileiro, os professores disseram ver como "pequenas revoluções" o que podem agregar do ensino finlandês em suas rotinas.

"Vou começar com um trabalho de formiguinha, mostrando aos meus colegas o que aprendi, gravando minhas aulas e adaptando (as metodologias) à nossa realidade e aos nossos estudantes", diz a professora Giani Barwald Bohm, do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

Os 25 institutos federais que enviaram professores ao país nórdico reúnem cursos de ensino médio, profissional e superior com ênfase em ciência e tecnologia.

Veja o que os professores aprenderam na Finlândia:

1. Usar mais projetos nas aulas

Os professores entrevistados pela BBC Brasil dizem que projetos elaborados por alunos e a resolução de problemas estão ganhando protagonismo no ensino finlandês, em detrimento da aula tradicional.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

São as metodologias chamadas de "problem-based learning" e "project-based learning" (ensino baseado em problemas ou projetos). Neles, problemas – fictícios ou reais da comunidade – são o ponto de partida do aprendizado. Os alunos aprendem na prática e buscam eles mesmos as soluções.

"Os projetos são desenvolvidos sem o envolvimento tão direto do professor, em que os alunos aprendem não só o conteúdo, mas a gerir um plano e lidar com erros", diz Bruno Garcês, professor de Química do Instituto Federal do Mato Grosso, que pretende aplicar o método em aulas de experimentos práticos.

Os professores brasileiros visitaram, na Finlândia, cursos superiores baseados inteiramente nessa metodologia.

"Um curso de Administração tem disciplinas tradicionais no primeiro ano. Mas, nos dois anos e meio seguintes, os alunos deixam de ter professores, passam a ter tutores, formam empresas reais e aprendem enquanto desenvolvem o negócio", diz Francisco Fachine, coordenador do Instituto Federal de Tecnologia da Paraíba.

Não é uma estrutura que sirva para qualquer tipo de curso, mas funciona nos voltados, por exemplo, a empreendedorismo, explica Joelma Kremer, do Instituto Federal de Santa Catarina.

"E os alunos têm uma carga de leitura, para buscar (nos livros) as ferramentas que precisam para resolver os problemas."

2. Foco na produção de conteúdo pelos alunos

A resolução de problemas e projetos é parte de um ensino mais centrado na produção do próprio aluno. Ao professor cabe mediar a interação na sala de aula e saber quais metas têm de ser alcançadas em cada projeto.

"Nós (no Brasil) somos mais centrados em o professor preparar a aula, dar e corrigir exercícios. O aluno faz pouco. Podemos dar mais espaço para o aluno avaliar o que ele vai desenvolvendo", diz a professora Giani Barwald Bohm, do Instituto Federal Sul-rio-grandense.

"No modelo tradicional de ensino, quem mais aprende é o professor. Lá (na Finlândia) é o aluno quem tem de buscar conteúdo, e o professor tem que saber qual o objetivo da aula. Para isso você não precisa de muita tecnologia, mas sim de capacitação (dos docentes)", agrega Joelma Kremer.

Professores Fachine, Bruno Garcês e Kelly Santos em sala de aula finlandesa: mais projetos práticos e autonomia dos alunos (Foto: Bruno Garces)

Professores Fachine, Bruno Garcês e Kelly Santos em sala de aula finlandesa: mais projetos práticos e autonomia dos alunos (Foto: Bruno Garces)

3. Repensar o papel da avaliação

Nesse contexto, a avaliação tem utilidade diferente, diz Kremer: "A avaliação está presente, mas os alunos se autoavaliam, avaliam uns aos outros, e o professor avalia os resultados dos projetos".

"Ao reduzir o número de testes (formais) e avaliar mais trabalhos em grupo e atividades diferentes, os professores têm um filme do desempenho do aluno, e não apenas a foto (do momento da prova)", diz Fachine.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

"Conhecemos um professor de física finlandês que avaliava seus alunos pelos vídeos que eles gravavam dos experimentos feitos em casa e mandavam por e-mail ou Dropbox."

4. Usar tecnologia e até a mobília para ajudar o professor

A tecnologia não é parte central desse processo, mas auxilia o trabalho do professor em estimular a participação dos alunos finlandeses.

"Em vez de proibir o celular, os professores os usam em sala de aula para estimular a participação dos alunos – por exemplo, respondendo (via aplicativos especiais) enquetes que tivessem a ver com as aulas", conta Kremer.

"Isso torna a aula mais interessante para eles. E é complicado para a gente ficar dizendo, 'desliga o celular', algo que já começa estabelecendo uma relação de antipatia com o aluno."

Os professores brasileiros também conheceram algumas salas de aula com mobília especialmente projetada, diferente do modelo tradicional de cadeiras individuais voltadas à lousa.

"Muitas salas têm sofás, poltronas, mesas ajustáveis para trabalhos individuais ou em grupo e vários projetores", agrega Kremer. "É um mobiliário pensado para essa metodologia diferente de ensino."

Fechine vai reproduzir parcialmente a ideia no Instituto Federal da Paraíba, trocando as carteiras de braço por mesas que possam ser agrupadas para trabalhos.

5. Desenvolvimento de habilidades do século 21

A professora Giani Barwald Bohm conta que o ensino fundamental finlandês continua dividido em disciplinas tradicionais, mas focado cada vez mais no desenvolvimento de habilidades dos alunos, e não apenas na assimilação de conteúdo tradicional.

"(São desenvolvidas) competências do século 21, como comunicação, pensamento crítico e empreendedorismo", diz ela.

Para Fechine, estimular a independência do estudante é uma forma de romper o ciclo de "alunos passivos, que só fazem a tarefa se o professor cobrar, interação muito pouco".

6. Intervalos mais frequentes entre as aulas

A Finlândia adota aulas de 45 minutos seguidas de 15 minutos de intervalo na educação básica – prática que Bruno Garcês acha que poderia ser disseminada por aqui. "Tira a tensão de ficar tantas horas sentado", diz.

Fechine também considera a ideia interessante, mas aponta que a grande carga horária no ensino médio brasileiro dificulta sua aplicação e lembra que na Finlândia ela é acompanhada de uma forte cultura de pontualidade. "As aulas começam no horário e aluno rapidamente entra na (rotina de) resolução de problemas."

7. Cultivar elos com a vida real e empresas



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Muitos dos projetos dos estudantes finlandeses são tocados em parcerias com empresas, para aumentar sua conexão com a vida real e o mercado de trabalho, algo que Garcês acha que poderia ser mais frequente no Brasil.

"Aqui na área rural do Mato Grosso podemos ter uma interação maior com as fazendas locais, ministrando aulas a partir do que os produtores rurais precisam."

A vantagem disso é que o aluno vê sentido prático e profissional no que está aprendendo, explica Giani Barwald Bohm. "Ele desenvolve algo diretamente para o mercado de trabalho, que vai ter relevância para o próprio estudante e é contextualizado com as empresas locais."

Ela destaca também as competições de habilidades práticas desenvolvidas por escolas locais (um preparativo para a competição internacional WorldSkills, que neste ano será realizada em São Paulo, pelo Senai, entre quarta e sábado desta semana).

"As empresas são envolvidas na organização e acompanham os alunos no dia a dia e até ficam de olho para contratá-los depois."

8. Formação mais prática e valorização do professor

A formação dos professores é apontada como a principal chave do sucesso do ensino finlandês. Os brasileiros observaram lá uma capacitação mais prática, voltada ao dia a dia da sala de aula, e mais interação entre o corpo docente.

"Algumas salas têm dois professores - um como ouvinte do outro caso seja menos experiente", relata Fechine.

"Há uma relação mais direta (entre os professores), com muita conversa entre quem dirige o ensino e quem dá aula", agrega Barwald Bohm.

"Além disso, há uma valorização cultural do professor lá, semelhante à de outras profissões. O salário é equivalente e as condições de trabalho dão bastante tempo para o planejamento das aulas", diz Bruno Garcês.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: G1	Editoria: Educação	Data: 13/08/2015
Assunto: Censo		Página: Online



VESTIBULAR E EDUCAÇÃO

Censo Escolar 2015 tem prazo de envio de dados prorrogado

Gestores devem enviar informações através da plataforma Educacenso.

Prazo inicial se encerraria nesta quarta-feira (12).

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) prorrogou o prazo para envio de dados do Censo Escolar da Educação Básica 2015. A etapa, que deveria ser encerrada nesta quarta-feira (12), foi adiada para até o próximo dia 28.

Esta etapa deve ser cumprida por gestores de escolas públicas e privadas de todo o Brasil. Os gestores devem enviar dados através da plataforma Educacenso.

Depois dela, o próximo passo será o envio dos dados preliminares ao Ministério da Educação para publicação no Diário Oficial da União. Essa etapa deve ser cumprida até 11/09/15 pela Diretoria de Estatísticas Educacionais do Inep.

Depois disso, até 11 de dezembro, o TCU deve receber o resultado final do número de matrículas presenciais efetivas em cada Estado, Município e Distrito Federal.

O MEC deve receber os dados para publicação final no Diário Oficial da União até 18 de dezembro deste ano.

O que é o Censo Escolar

O censo é um levantamento anual coleta dados sobre estabelecimentos, matrículas, funções docentes, movimento e rendimento escolar. Conhecer o total de matrículas é fundamental para o repasse de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb) e a execução de programas na área da educação.

Em 2014, o Censo registrou 49,8 milhões de matrículas na educação básica brasileira. O número de escolas foi de 188.673, sendo 79% públicas e 21% privadas.



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

Veículo: Nota 10	Editoria: Educação	Data: 13/08/2015
Assunto: Obmep	Página: Online	



Olimpíada de Matemática divulga classificados para 2.^a fase

A lista de classificados para a segunda fase da 11.^a Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas (Obmep) foi divulgada ontem (12). No site da Olimpíada, também é possível conferir o local da prova, que será no dia 12 de setembro.

Os 6,5 mil mais bem colocados nessa etapa serão premiados com medalhas (500 de ouro, 1,5 mil de prata e 4,5 mil de bronze). Além disso, os medalhistas serão convidados pelo Instituto Nacional de Matemática Pura e Aplicada para participar do Programa de Iniciação Científica Jr (PIC) em 2016, com bolsa-auxílio de R\$ 100 por mês.

A Obmep teve 17.970.745 estudantes de todo o país inscritos em 2015. Desses, 888.822 passaram para a segunda fase. O resultado da Olimpíada será divulgado no dia 27 de novembro.